

## RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL NO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

### Jenaina Sandim de Oliveira Xavier

Mestranda em Educação Física, Bacharel em Direito  
UFG-Universidade Federal de Goiás - Goiânia-GO  
sandim@discente.ufg.br



DOI: 10.47094/32SEJUR.2025/16

### Paulo Henrique Xavier da Silva Machado

Graduando em Direito  
Universidade Salgado de Oliveira - Goiânia-GO  
paulohxavier05@gmail.com

**Introdução:** O exercício ilegal da profissão de Educação Física tem se tornado cada vez mais comum no Brasil. Indivíduos não habilitados atuam em academias, escolas e espaços públicos, colocando em risco a saúde e a integridade física dos alunos. Essa prática constitui infração penal e pode gerar sérias consequências civis, especialmente quando resulta em lesões corporais ou incapacidades.

**Objetivo:** Analisar a responsabilidade civil e penal associada ao exercício ilegal da profissão de Educação Física no Brasil, com base em legislação, jurisprudência e casos reais.

**Método de Pesquisa:** Foi realizada uma revisão sistemática em bases como SciELO, PubMed, Web of Science e Google Acadêmico, além da análise de decisões judiciais em tribunais estaduais e federais e casos de lesões decorrentes de condutas imprudentes de falsos profissionais.

**Resultados:** O exercício ilegal da profissão é tipificado no artigo 47 do Decreto-Lei nº 3.688/1941, com pena de prisão simples de 15 dias a 3 meses ou multa. A falsificação de documentos para comprovar formação acadêmica ou inscrição em conselho de classe, por sua vez, é crime previsto no artigo 299 do Código Penal, com pena de reclusão de 2 a 6 anos. Em casos onde há lesões corporais, o responsável pode responder por crime de lesão corporal (artigo 129 do Código Penal), cujas penas variam de 3 meses a 8 anos de reclusão, a depender da gravidade do dano. A prática ilegal que resulte em danos físicos ou morais ao aluno enseja o dever de indenização, conforme o artigo 927 do Código Civil. Isso inclui ressarcimento por despesas médicas, lucros cessantes e danos morais. Tribunais brasileiros já condenaram academias e instrutores ilegais ao pagamento de indenizações por imprudência ou negligência em sessões de treinamento físico. Casos julgados em São Paulo, Paraná e Distrito Federal evidenciam o impacto da atuação de falsos profissionais. Um exemplo é a condenação de uma academia que permitiu a atuação de um instrutor não registrado no CREF, após uma aluna sofrer uma grave lesão na coluna durante um treino inadequado.

**Conclusão:** O combate ao exercício ilegal da Educação Física exige atuação firme dos Conselhos Regionais, conscientização da sociedade e cumprimento rigoroso da legislação. Essas medidas são essenciais para garantir a segurança dos alunos e a valorização dos profissionais habilitados.

**Palavras chaves:** Exercício ilegal da profissão. Educação Física. Responsabilidade civil e penal.